

Commodity Chains e Evolução dos Padrões de Mercado: O caso da Economia Cafeeira

da Zona da Mata de Minas Gerais

Anderson Pires

Professor de História Econômica da UFJF

apires64@gmail.com

Resumo

Utilizando instrumentos de análise como o de cadeia global de mercadorias e aqueles da antropologia econômica de Karl Polanyi, este artigo procura destacar a importância e o significado da economia cafeeira que se desenvolveu na Zona da Mata de Minas Gerais. Neste sentido, ressalta sua posição como uma das principais áreas produtoras e exportadoras de café não só do Brasil como de toda a América Latina, em primeiro lugar e, em segundo, a constituição do capitalismo na região a partir da noção de formação e evolução de mercados, processo que permitiu que gradualmente a Mata mineira desenvolvesse os principais mecanismos de retenção de recursos e de acumulação interna de capital.

Abstract

By using analytical instruments like the Global Commodities Chains and those of Karl Polanyi's economic anthropology, this paper seeks to highlight the importance and significance of the coffee economy that developed in the Mata region of Minas Gerais. In this sense, this paper emphasizes the region's positioning as one of the leading producing and exporting areas of coffee not only in Brazil but throughout Latin America, in the first place. Secondly, this paper shows the establishment of capitalist markets in the region, a process that gradually permitted the Mata region of Minas Gerais to develop the main mechanisms of resource retention and of internal capital accumulation.

Durante muito tempo a expansão da economia agrária e da fronteira do café na Zona da Mata mineira (ali onde se concentrou a quase totalidade da produção de todo estado de Minas) foi confundida com aqueles padrões que teriam vigorado no Vale do Paraíba fluminense. A proximidade de ambas as regiões, a analogia de suas estruturas de produção e a presença maciça do braço escravo levaram muitos analistas a considerar que também as fases de implantação e declínio da economia cafeeira fossem iguais nas duas regiões.

Esta discussão, até certo ponto consensual entre os historiadores do café do Vale e, por isso mesmo, não muito importante para o conhecimento da trajetória do café nesta região, é, ao contrário, de extrema importância quando se ultrapassa a fronteira de Minas: nela se fundamenta uma argumentação que nega qualquer dinamismo econômico decorrente da economia cafeeira, igualmente decadente, inviabilizando para alguns não só o processo de industrialização como a própria transição capitalista na região (LIMA, 1981; CANO, 1985).

É importante notar, também, que estamos falando de um produto típico de exportação em um estado que tem sido considerado por certas interpretações como um dos melhores exemplos históricos de dinamismo econômico fundamentado em uma economia agrícola de subsistência, voltada para o mercado interno em seus vetores mais importantes para sua evolução histórica. A presença de uma economia de exportação num espaço como este foi vista como uma exceção, e como tal foi considerada até muito recentemente, quando a expressão “Zona Silenciosa da Historiografia Mineira”, título de importante artigo de Xavier Pedrosa (1962) sobre a região ainda poderia ser válido em seu sentido geral.

Importante lembrarmos, ainda neste sen-

tido, que a Zona da Mata, quando inserida no território mineiro, representa apenas 5% de seu conjunto, não constituindo, portanto, nem mesmo sobre este aspecto, algo propriamente importante a caracterizar o que seria considerado por “Minas Gerais” pelos historiadores.

Desta forma, o discurso da decadência da economia do café era e tem sido particularmente conveniente para aquela parcela de nossa historiografia econômica que destaca, direta ou indiretamente, a produção de mercado interno, em particular sua capacidade de acumulação e dinamização nas regiões que lhes fossem adjacentes. Além disto, é digno de nota que entre os argumentos dos historiadores mineiros que procuravam “minimizar” o impacto da economia cafeeira no estado encontram-se vários utilizados por uma certa parcela de historiadores paulistas que, a partir de seu próprio ponto de vista, analisaram a questão: crise irreversível a partir da abolição da escravidão, a presença de relações de trabalho sem remuneração monetária, inviabilizando o surgimento de um mercado de consumo de massa e a canalização da maior parte do excedente gerado pela produção para o Rio de Janeiro, escoadouro da produção local para o mercado exterior e localização dos principais agentes comissários e bancos responsáveis pela comercialização e financiamento da produção da região (LIMA, 1981).

Mas, além destes pontos em comum, os historiadores da “decadência” da economia cafeeira em Minas convergiam em outro aspecto não menos revelador: sua visão era, necessariamente, *externa* àquela da própria região e, por isso mesmo, subestimaram importantes trabalhos locais, incluindo os mais recentes, alguns por não seguir sua linha interpretativa predominante, outros por sua natureza tradicional e positivista, mas, *especialmente* pelas fontes em que se baseavam, invariavelmente de natureza

oficial, excessivamente genéricas e muitas vezes inviabilizando a percepção de várias nuances essenciais para a compreensão da realidade a que se propunham investigar.

A interiorização dos centros de pós-graduação no país tem provocado inúmeros efeitos positivos sobre a organização e disponibilização das fontes em várias cidades do interior e, em muitos casos, tem ocorrido uma verdadeira reviravolta nos estudos regionais com o surgimento de novos temas, a completa mudança de perspectiva e importância de determinadas regiões e cidades levando, invariavelmente, ao abalo de antigas interpretações já consolidadas.

A região da Zona da Mata e a cidade que lhe serve como polo, Juiz de Fora, podem ser consideradas como um típico exemplo desta constatação. Envolve em um debate que a coloca desde um mero enclave agroexportador na economia mineira (MARTINS, 1980) até uma das principais regiões produtoras da América Latina (PIRES, 2007), com seu centro urbano variando desde uma das principais cidades industrializadas de todo o estado (ANDRADE, 1987; GIROLETTI, 1980) até um mero mito industrial assim chamado de “Manchester Mineira” (NETO, 2008), a cidade e região passaram nas últimas décadas por um processo de revisão historiográfica bastante intenso, em especial quando se trata da evolução e estrutura de sua economia cafeeira de exportação e quanto à verdadeira natureza de um processo de diversificação urbano-industrial que marcou o município desde pelo menos os anos de 1880 (ANDRADE, 1987; GIROLETTI, 1980; MIRANDA, 1990).

Neste contexto, e com a presença de fontes muito mais próximas da realidade a ser estudada, toda a fragilidade da argumentação da decadência da produção ou da falta de dinamismo decorrente da economia cafeeira da Zona da

Mata tem se descortinado. Mais ainda, toda uma nova economia regional de exportação pode ser historicamente vislumbrada, singular em seus componentes básicos de ritmo de produção, organização social do trabalho e de financiamento de seu processo de crescimento industrial e urbano com capitais gerados endogenamente, o que permite delinear um circuito de acumulação de capital até certo ponto próprio, envolvendo o crescimento dos setores mais representativos do desenvolvimento capitalista e seu financiamento com recursos identificados com o capital cafeeiro local, uma das funções mais importantes de um mercado financeiro, levando em conta os devidos mecanismos, instrumentos e agentes normalmente presentes nesta forma específica de organização de mercados (PIRES, 2009; ALMI-CO, 2009).

Deve ficar claro que o ponto de vista externo à própria região constituiu um dos principais componentes que levaram aos equívocos que marcam esta interpretação. A identificação *grosseira* dos ritmos de produção da Zona da Mata com o Rio impediu que analisassem a economia local (o sul da região) como área de fronteira *pertencente ao Vale do Paraíba* e, como tal, com um processo de incorporação produtiva bastante posterior. Aliás, a própria forma de cultivo que fundamentou o sistema agrário da cafeicultura local (assim como a do Vale), reconhecido como extensivo e marcado pelo abandono das terras esgotadas e a incorporação de matas (FRAGOSO, 1983), pouco é mencionado e a própria ideia de fronteira na economia do café perde em grande parte para a interpretação sua função analítica.

Desta forma, destituem a Mata mineira de um importante componente de sua identificação regional e histórica, ao menos quando inserida na distribuição e organização espacial da cafeicultura no centro sul do país no perío-

do aqui em referência: um *ritmo de produção agroexportador próprio* que, ao contrário do que afirmam, se distanciou significativamente daquele que caracterizou o Rio de Janeiro no imediato pós-abolição, quando, aliás, “*a região e o estado superam o Rio de Janeiro como segundo maiores produtores do Brasil*” (PIRES, 1993).

Também é importante perceber a “*fragilidade dos fundamentos empíricos*” da interpretação em questão, uma vez que nenhuma série de produção e exportação de café de Minas confirma a tese da decadência (PIRES, 1993; DESTRO, 2006). A utilização de relatos pessoais para a descrição da situação da lavoura cafeeira da Mata neste período (o “Relatório Carlos Prates” é, de longe, o mais utilizado) evidentemente são mais circunstanciais e coloridos por uma *con-juntura de crise* do que um quadro definitivo do que era a cafeicultura de então. A avaliação de um secretário de estado da Agricultura na região colhendo dados dos fazendeiros num momento em que a cafeicultura sofria uma de suas piores crises de superprodução (1905), e com o estado negociando sua participação no Convenio de Taubaté, é tão tendenciosa que foi percebida na época e comentada em alguns jornais da cidade:

Eis aí porque os nossos agricultores pintaram com as mais carregadas cores o estado da lavoura cafeeira: para pedirem proteção e crédito, para obterem-se, esforçarem-se em fazer crer, fundados em algarismos, que a classe está falida e o provaram abundantemente! De fato, quem basear apenas nos cálculos dos srs. fazendeiros compendiados no relatório, convencer-se-á de que a lavoura da Mata está irremessivelmente perdida: acha-se em estado de insolvência.

Nesta linha de raciocínio é importante lembrar que em 1920, da área agrícola ocupada nos principais municípios da Mata cerca de 60 a 90% eram destinados ao café e sua renda bruta

chegava a cerca de 80 mil contos de réis (MINAS GERAIS, Carteira Estatística, 1929, 78). O mesmo pode se dizer da área de ocupação mais antiga da região, com municípios como Juiz de Fora mantendo, ainda em 1926, 12 milhões e meio de cafezais, ocupando uma área média de 16.666 alqueires de terra (MINAS GERAIS, Secretaria da Agricultura de Estado, 1929,156).

É óbvio, sob nosso ponto de vista, que uma economia como esta, que movimentava tamanho volume de recursos decorrentes da exportação de um produto primário, em plena capacidade produtiva, devidamente delineada em seus limites espaciais e históricos, e, mais, com fortes indícios de internalização e reinversão destes recursos em um processo de crescimento urbano-industrial gerado pelo próprio produto principal, constituía, na verdade, um *complexo cafeeiro localizado em território mineiro*, ou um novo caso de “uma economia exportadora cafeeira” em Minas, diferenciada de suas congêneres identificadas tipicamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo (PIRES, 2007).

A ideia de que Minas Gerais possuiu entre meados do século XIX e início do século XX uma economia exportadora própria, organizada e reconhecida como um “complexo agroexportador” desenvolvido em sua região produtora mais importante, a Zona da Mata, pode parecer “exagerada” por muitos. Afinal, mesmo ocupando o segundo lugar da produção nacional, Minas era responsável, em média, por apenas 17 ou 18% deste total, frente à média de 70% de São Paulo (CANO, 1985). Este estado sozinho era responsável por mais da metade de todo o café consumido no mundo (CLARENCE-SMITH and TOPICK, 2005). Mas devemos lembrar aqui que a noção de *cafeicultura é um conceito histórico* e, como tal, fartamente utilizado como discurso das elites do estado que era considerado a “locomotiva do país” e promotor do desenvolvimento

brasileiro (MENDONÇA, 1997). Neste sentido, para além da distância numérica, os outros casos de expansão e organização da economia cafeeira não podiam fazer par à contribuição histórica de São Paulo, mesmo porque aquela que tinha sido a mais importante (e que também ocupou o primado da produção mundial e do país) havia se esgotado ainda no final do século.

Deve-se fazer notar que a temática histórica das economias produtoras e exportadoras de *commodities*, ao contrário de vários centros de pesquisa no Brasil, ainda são objeto de estudo e de importantes inovações no âmbito teórico-analítico no meio acadêmico estrangeiro, o que inclui as próprias economias centradas na exportação de café. A perspectiva da cadeia global de mercadorias (*Global Commodities Chains*), na sua tentativa de superação dos Estados Nacionais como referência de análise e a colocação dos elos que articulam os diferentes níveis pelos quais passa a *commodity* desde sua produção, comercialização interna e externa até o consumidor final é de particular importância para o nosso objetivo.

A substituição da categoria “Estado Nacional” pela de “região” ou “o local da produção” como ponto de partida permite uma completa recontextualização que altera definitivamente a importância da cafeicultura de Minas Gerais dentro do país. Além disto, a percepção dos elos que articulam a produção, a distribuição interna, as exportações e o consumo -todos tidos como essencialmente dinâmicos em termos históricos- nos servirão como ferramentas essenciais de nosso raciocínio, uma vez que vão se constituir como os principais parâmetros de uma análise comparativa da região com outras economias ou “complexos agroexportadores” de café do país.

É importante lembrar, como ressaltado

anteriormente, que aqueles 5% do território mineiro, correspondem, na verdade, *atualmente* a cerca de 35.748 km², algo em torno de 80% do território do estado do Rio de Janeiro (43.696 km²), o que quer dizer que, em termos práticos e dentro do período desta análise, *Minas teve uma área correspondente a quase um estado do Rio para a expansão de sua produção*. Talvez este aspecto explique não só a ultrapassagem do estado fluminense como segundo maior produtor do país ainda no início dos anos 1890, como também a sustentação e manutenção do crescimento da produção de Minas Gerais que acompanha o nada modesto crescimento da produção brasileira, de cerca de 400% entre o final do século XIX e o início do século XX (CANO, 1985; PIRES, 1993).

Por outro lado, a perspectiva da relação direta e contínua entre os universos local e global nos fornece inúmeras vantagens ainda como instrumental teórico-analítico. A ausência da consideração da importância da economia cafeeira de Minas sempre esteve associada, como em parte já afirmamos, ao imenso diferencial que marca a produção de São Paulo. O desenvolvimento estonteante da produção deste estado a partir da segunda metade da década de 1890, quando começam a ser incorporadas as terras do Oeste paulista, só mostrava a insignificância da produção mineira, em que pese o fato de que esta tenha mantido condições suficientes para acompanhar, como vimos, a própria produção do país. É como se o brilhantismo do crescimento da produção de São Paulo ofuscasse completamente o crescimento, também considerável, da produção de Minas Gerais e da Zona da Mata mineira.

Desta forma, se nos prendermos ao nível do Estado Nacional como ponto de partida da análise, a produção mineira perde muito de seu significado e, na verdade, São Paulo possui, pela sua proporção no conjunto da produção

mundial, tamanha importância que, como já sugeriu um estudioso mineiro (DULCI, 1999), *deveria ser considerado muito mais como uma exceção do que propriamente a regra*, levando em conta as condições de outros países e regiões fornecedoras do mercado mundial, onde adquiriu uma posição absolutamente singular e única, na verdade *incomparável em relação a qualquer outro centro da oferta global, por mais importante que fosse*. Sua colocação como parâmetro ou estereótipo para a organização da cafeicultura do conjunto do país ou para processos históricos essenciais para a compreensão de sua evolução (como tipicamente acontece no caso da transição para o capitalismo), dependendo da perspectiva a ser investigada, não se constitui, necessariamente, como o ponto de partida mais adequado. A análise de regiões produtoras “secundárias” e a compreensão dos mesmos processos históricos de formação do capitalismo podem ter ocorrido aqui de forma *“qualitativamente diferenciada exatamente por não terem se constituído como as regiões de maior produção do país”*.

Já na perspectiva das *commodities chains* a articulação entre o local e o global simplesmente coloca “acima e abaixo” do âmbito do Estado Nacional o universo da pesquisa, permitindo que a articulação de uma região seja percebida *diretamente* nos quadros do mercado mundial capitalista que se conformou durante o período aqui em referência, abrindo um universo muito mais amplo a ser considerado, como, por exemplo, uma análise comparativa direta entre distintas regiões produtoras do globo, incluindo não apenas suas analogias, mas também e principalmente suas dissemelhanças.

É sob esta perspectiva que podemos vislumbrar um pouco melhor o significado e a importância da economia agroexportadora cafeeira que se desenvolveu na Zona da Mata mineira. Destituída do véu analítico extremamente

útil (mas potencialmente enganador) do Estado Nacional como ponto de partida necessário e considerada como uma região própria, como São Paulo, outras são as implicações quando inserimos a região nos quadros dos principais países produtores (eles próprios, também, muitas vezes marcados por extremas diversidades regionais internas), percebemos que a Zona da Mata se constituiu como uma das mais importantes regiões produtoras de toda a América Latina, excetuando deste exame o estado de São Paulo (PIRES, 2007). Uma comparação com a produção de países inteiros, como a Colômbia, que iniciava uma ascensão que a colocaria como o segundo maior produtor de café do mundo, com o predomínio de um tipo de café bastante semelhante ao brasileiro e disputando o mesmo mercado, os Estados Unidos, percebemos que o café da Zona da Mata, sozinho, supera sua produção até o final da década de 1920. Mais que isso, se incluirmos os países menores, sua produção ainda é superior, o que a coloca como uma das principais produtoras de café do mundo (PIRES, 2007, tabelas 3 e 4).

Assim, a perspectiva regional comparada que nos fornece a abordagem da cadeia global da “commodity” cafeeira nos permite vislumbrar com muito mais clareza o verdadeiro significado histórico e importância econômica deste produto em seu potencial de geração de renda e efeitos de encadeamento que pode ter gerado não só para a região, mas também para o conjunto do estado. E isto em um período de plena consolidação de um mercado mundial de natureza capitalista que moldou em grande parte a economia internacional que vislumbramos hoje, processo no qual, inclusive, a rubiácea tomou papel fundamental (CLARENCE-SMITH; TOPICK, 2009).

Internamente, o impacto da produção e exportação de café fez que a região entrasse nos quadros da modernidade capitalista de for-

ma bastante singular quando comparada a outras regiões do país e principalmente ao estado de Minas. As “raízes da modernidade em Minas Gerais” (PAULA, 2000), com sua dimensão territorial e diversidade regional extremas, fez com que o processo de constituição de uma sociedade de mercado em Minas ocorresse de forma extremamente díspare, ou como afirmou um estudioso do estado em uma “*linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos*” (WIRTH, 1982, 41). Talvez a afirmação de Pedrosa de que se Minas é filha do século XVIII, do apogeu do ouro, de sua urbanização única e do barroco, a Zona da Mata efetivamente corresponde a “...*uma ruptura com o passado histórico do estado...*” (PEDROSA, 1962, 137), filha que é, necessariamente, do século XIX, da industrialização, do mercado mundial capitalista, das ferrovias e da urbanização.

Economia Agroexportadora, Efeitos de Encadeamento e a Formação de uma Sociedade de Mercado

Mas outros instrumentos de análise e referenciais teóricos podem ser aplicados, complementando aqueles já utilizados e contribuindo significativamente aos propósitos de nossos objetivos neste trabalho.

Se a perspectiva da cadeia de mercadorias nos fornece um quadro geral das inter-relações entre o local/global num painel mais que suficiente para a compreensão das inúmeras economias cafeeiras de exportação, é importante lembrar que nos interessa neste momento a caracterização do universo local e regional e os elementos envolvidos com as estruturas de produção e as *relações sociais nas quais estão inseridas*. É a delimitação deste universo de produção, que identificaremos aqui com as bases produtivas da cadeia de mercadoria em questão,

que nos permitiriam um avanço para o esclarecimento das articulações que estiveram envolvidas com as formas típicas de comercialização interna da produção cafeeira no Brasil e, portanto, da própria Zona da Mata de Minas.

Além disto, como estamos lidando com estruturas sociais de produção num momento que estão sendo substancialmente alteradas sob o comando de importantes vetores que a orientam para uma organização tipicamente capitalista, alguns componentes da antropologia econômica de Karl Polanyi (entre outros) serão utilizados, em especial “*sua definição de mercado como local de troca e a noção da evolução do padrão de mercado*” (POLANYI, 1996). Para além disto, a ideia de *uma genealogia dos mercados*, já utilizados em alguns trabalhos recentes (OLIVEIRA, 2009), mesmo que a partir de outras perspectivas, também serão levadas em consideração.

As convergências teóricas destas proposições em um estudo regional e comparativo das economias de exportação de café no Brasil são evidentes. A noção de mercado como um local de trocas, ou um espaço em que *as forças sociais da oferta e demanda* de produtos e mercadorias, além de serviços diversos vão se delimitar *predominantemente* pode ser ferramenta importante para a compreensão histórica de economias que se expandiram, justamente, dentro de um padrão regional definido, como o caso da Mata, especialmente quando lembramos a proposição da historiografia aqui em questão de que boa parte de seu excedente econômico teria sido canalizada para outros centros de exportação.

Também a noção essencialmente “polanyiana” da *evolução do padrão de mercado*, que afirma (ao contrário do pensamento predominante) que o “*mercado nacional unificado é mais uma consequência do que propriamente um pressuposto do capitalismo*”, também converge

com nossa proposta de história regional, tendo em vista que vários circuitos de acumulação de capital também se realizaram, mesmo que não exclusivamente, nos limites de algumas economias regionais, voltadas ou não para o mercado internacional, bastando que, para isso, tenham tido uma dinâmica econômica suficiente para realizar um processo importante de divisão de trabalho e diversificação econômica que permitiram que os excedentes gerados na região fossem convertidos predominantemente para os novos setores da economia, principalmente aqueles de natureza urbano-industrial, carro chefe da modernização das técnicas e formas de organização da produção tipicamente de perfil capitalista.

Gostaríamos de esclarecer aqui que a visão predominante da constituição e evolução do capitalismo no Brasil com base em um mercado nacional unificado (em especial *no período anterior a 1930*) tem levado, sob nosso ponto de vista, a grandes equívocos no entendimento da formação histórica do sistema capitalista no país, principalmente pelo fato de as interpretações terem se concentrado excessivamente nos centros administrativos e nas *capitais* das unidades federativas, abstraindo ou praticamente *desconsiderando importantes componentes de constituição e evolução dos mercados no interior do país*, fora dos grandes centros. As historiografias do Rio e de São Paulo sempre pensaram a si próprias como “tipificadoras” e “representativas” do conjunto do país, cabendo ao restante fazer “meramente” história regional –uma espécie de subproduto do aquelas julgam ser “a realidade nacional”, um auto-reflexo distorcido de si próprias e do Brasil. A combinação entre o domínio político e econômico, a hegemonia acadêmica (além da estrutura de poder a ela subjacente), e a tendenciosidade do discurso historiográfico encontra aqui uma de suas encarnações mais evidentes.

Apenas agora, exatamente neste momento de interiorização das universidades, como afirmamos, é que vem sendo qualificadas várias das proposições da *perspectiva das capitais*, fundamentadas em uma *historiografia de cunho reconhecidamente regional* e com sólidas bases em fontes empíricas que a primeira, por sua própria natureza metodológica de abstração e generalização de seus modelos e formas de evolução, neste caso, dos padrões de uma economia de mercado, não levou em consideração.

É certo que inúmeros estudos sobre a formação específica do capitalismo no Brasil, a partir de uma economia estruturada na forma de um sistema de organização social escravista, têm colocado (reconhecidamente ou não) a noção de mercado como instrumento central de suas conclusões. Mas também é evidente que estes estudos se concentraram excessivamente no aspecto da transformação das relações sociais que permeavam o processo produtivo (a famosa “transição das formas de trabalho”), sendo o mercado em massa de consumo meramente o resultado das diferentes configurações concretas que estas relações assumiram, importantes, de qualquer forma, porque deram a devida sustentação aos distintos processos de industrialização que ocorreram no país.

As Economias Regionais de Exportação de Café no Brasil: Uma proposição de Análise a partir das Cadeias de Mercadorias

Tentaremos a partir de agora realizar uma análise bastante introdutória das economias de exportação de café no Brasil, tomadas em seu conjunto, a partir do arsenal teórico-analítico disponibilizado pela abordagem das “*Global Commodity Chains*”. Desnecessário dizer que o espaço e tempo que possuímos neste trabalho

inviabilizam um exame mais aprofundado para tamanha tarefa, limitando esta análise, que fique claro, a meras proposições e sugestões, muitas a serem confirmadas por pesquisas mais sólidas. Tamanha tarefa, obviamente, só pode ser devidamente realizada com a contribuição de outros pesquisadores, envolvendo tempo e esforços conjuntos e interdisciplinares que até agora só estão em fase incipiente; na verdade, esta proposta constitui apenas *o esboço de uma interpretação ainda extremamente superficial, nada mais*.

Como nosso objetivo é a inserção da região da Mata mineira no conjunto do espaço em que se desenvolveu a cafeicultura no país no período aqui em questão (basicamente aquele que se estende de 1850 a 1930), tomaremos como referência não só alguns aspectos *gerais* envolvidos com as estruturas sociais de produção e outros, não menos generalizados, que caracterizaram as formas de comercialização e distribuição interna das distintas regiões produtoras.

Antes de qualquer coisa, outro esclarecimento importante: as economias de exportação de café são tomadas como regionalmente delimitadas como um pressuposto de análise não apenas pela filiação à ótica da abordagem das cadeias de mercadorias, mas devido à *imposição da realidade*, ou seja, pela forma em que se deu a expansão da cultura cafeeira nestes quase cem anos que englobam nosso objeto. Processo extremamente complexo e dinâmico, fundamentado em seu sistema de uso do solo que pressupunha o avanço de uma fronteira agrícola que perpassou o território de várias províncias do Império e estados da federação, além de distintas configurações ambientais, *o avanço da produção cafeeira no país implicava em três momentos distintos não só no tempo como no espaço* (CASTRO, 1980; MENDONÇA, 1997): um período de implantação, um de maturação e apogeu e um outro

de declínio e decadência. Além disto, se esta distinção serve para caracterizar uma região específica (como São Paulo, por exemplo) também serve para delinear, mesmo que grosseiramente, o conjunto do espaço em que se desenvolveu a cafeicultura em nosso período, marcada pela sucessão das três principais regiões e estados produtores, seja no primado ou como segundo maiores produtores do Brasil.

Além disto, deve-se reconhecer que boa parte do processo de expansão cafeeira coincidiu com o início e a conclusão da crise do sistema escravista de produção e pelo início da expansão e consolidação do capitalismo, que vários autores (aliás corretamente), remontam ao conjunto das transformações estruturais e institucionais que marcaram o período em torno de 1850 e culmina finalmente com a abolição em 1888, marco indelevel do avanço das condições capitalistas destas economias e vetor fundamental na delimitação das formas futuras de constituição de uma sociedade baseada em princípios de mercados.

É daqui que podemos já balizar um importante parâmetro comparativo entre as regiões produtoras de café em questão: se a forma de expansão do cultivo implicava, necessariamente, em distintos momentos do “ciclo cafeeiro” (implantação, maturação e declínio), tanto dentro como no conjunto das regiões produtoras, o momento do ciclo cafeeiro em que ocorre a abolição da escravidão, com suas distintas possibilidades de dinamização econômica, se constituirá no mais importante componente da forma em que ocorrerá a evolução dos mercados e ritmo de maturação do capitalismo.

Estes argumentos, que podem ser considerados óbvios por muitos, altera completamente o quadro e a percepção das condições objetivas da economia cafeeira da Mata de Minas quando

da constituição e evolução de *mercados de natureza capitalista* –uma vez mercantilizados terra, trabalho e capital e (ao menos potencialmente) formadores de preços a partir de suas próprias forças sociais de oferta e demanda de bens, insumos e serviços. A *ausência da convergência de preços* em relação às “mercadorias fictícias” ou os distintos impactos da política macroeconômica entre as três regiões aqui consideradas já foram suficientemente destacados pela historiografia, indicando nitidamente o *contorno regional destes mercados*, restando a esta análise um maior aprofundamento da genealogia e da evolução dos padrões de mercado na Zona da Mata de Minas Gerais.

Efeitos de Encadeamento, Diversificação Econômica e Genealogia dos Mercados: Um Exame sobre o Mercado Financeiro na Zona da Mata Mineira

Se a percepção generalizada das regiões produtoras do café deixa Minas Gerais e a Zona da Mata em uma posição intermediária no quadro geral da evolução da produção e exportação de café no Brasil, convém explicitar, inicialmente, os fatores que determinaram esta situação. Localizada no sudeste de Minas Gerais, limítrofe do estado do Rio de Janeiro, a Zona da Mata se colocou, em um primeiro momento, como uma fronteira no avanço da cafeicultura do estado vizinho. Por isso, sua produção entra em decadência em um período bastante posterior àquele do Vale do Paraíba, em torno do final da primeira guerra mundial e início da década de 1920 (DESTRO, 2006). Além disto, se considerarmos o avanço da cultura da rubiácea em três tempos e três espaços distintos em seu próprio interior, percebemos nitidamente, pela evolução dos principais municípios produtores, uma divisão interna também em três áreas distintas: o sul, onde se encontra seu polo urbano de referência

e capital regional, Juiz de Fora, manteve o papel de hegemonia desde o início do cultivo na região, em torno da década de 1850, até mais ou menos os anos de 1880 e 1890; o centro, onde se encontra importantes municípios produtores, como Muriaé, que assume a hegemonia em torno destes anos até o início do século XX; e o norte/nordeste, onde se destacaram municípios como Manhuaçu, que, por sua vez, tomaram a posição de liderança a partir deste período até o final dos anos 1930 e mesmo depois. A expansão da rede ferroviária pela região, iniciada ainda nos anos de 1860 e 1870 permitiu o avanço regular e concomitante da fronteira agrícola no interior do território matense (BLASEHEIM, 1994).

Foi assim que, quando ocorre a abolição da escravidão e as relações de trabalho implicaram em alguma remuneração monetária, os recursos gerados pelas exportações dinamizaram a economia no pós-abolição, permitindo uma diversificação econômica extremamente significativa, em especial pelos efeitos de encadeamento prospectivos e retrospectivos que gerou. Ao mesmo tempo, a expansão ferroviária e o crescimento da produção da região que propiciou iam criando inúmeros centros urbanos de maior ou menor significado, de tal forma que já no início de século XX temos uma rede urbana relativamente articulada entre si e fortemente marcada por uma hierarquização que paulatinamente colocava Juiz de Fora como seu núcleo mais importante (PIRES, 2009).

Caracterizados os aspectos básicos da evolução da produção da região, são suas relações de comercialização e distribuição que tomam a primazia neste exame. Localizada em um território interiorano e destituído de um espaço próprio de exportação, foi o Rio de Janeiro o principal porto responsável pelo escoamento do café originado na Mata para o mercado mundial. Aqui encontramos de imediato uma contradição

que irá determinar, definitivamente, todo o padrão de evolução econômica da região em seu conjunto, além de delinear uma de suas especificidades mais importantes: a *morfologia própria que assumiu o capital comercial* bem como as importantes funções que desempenhava no interior de uma economia que ia gradualmente se constituindo e organizando em torno de distintas formas de mercado (dada a fase transitória do capitalismo) e de sua delimitação como economia produtora de café com um perfil próprio quando comparada aos seus pares.

Este aspecto é de fundamental importância, uma vez que, como previsto na teoria da cadeia de mercadorias, cada fase de articulação desta cadeia era constituída por agentes e agrupamentos sociais com distintas forças de poder e influência, determinando a retenção de maior ou menor parte dos lucros gerados no processo de acumulação de capital típico da produção de café.

Neste sentido, entre os três casos aqui em referência há uma nítida diferenciação, a tal ponto que se utilizássemos o termo *morfologias do capital comercial* não nos afastaríamos muito da realidade.

Em um trabalho hoje clássico, Flávio Saes (1986) mostra como se deu a organização e atuação do capital comercial associado à exportação de café em São Paulo, segundo o autor, significativamente diferente do modelo “clássico” dos comissários do Rio de Janeiro. No caso paulista, teria havido uma separação entre o núcleo urbano de referência (a cidade de São Paulo) e o centro que concentrava as funções de comercialização e exportação de café (a cidade de Santos), situação que teria provocado, inclusive, inúmeras disputas entre ambas as cidades. Como consequência desta distinção, a força política e poder econômico dos agentes sociais envolvidos

(os comissários) teriam sido muito menores que aqueles presentes no Rio de Janeiro, onde havia um predomínio absoluto destes sobre os fazendeiros de café, devido sua atuação como agentes de financiamento e comercialização e um pesado encargo de juros de empréstimos e lucros de comercialização, tornando-os um dos grupos mais privilegiados na distribuição e retenção dos recursos gerados na produção. No caso de São Paulo este poder era muito menor, cabendo aos exportadores (invariavelmente casas estrangeiras) um papel de destaque. De qualquer forma, para nossos interesses aqui, mesmo divididos em dois polos importantes de capacidade de barganha e poder econômico, os recursos da atividade cafeeira eram retidos -ao contrário de Minas Gerais, como veremos- no próprio espaço em que se definia sua economia de exportação, permitindo que os efeitos de encadeamento e os excedentes econômicos gerados pela produção de café ficassem retidos no próprio estado.

Delineiam-se, assim, duas economias regionais de exportação de café nitidamente diferenciadas não apenas quanto ao ciclo de produção e posição no primado das exportações do país, já suficientemente caracterizadas pela historiografia, mas também como duas cadeias distintas de exportação desta “commodity”, bastando para isso que levemos em consideração não apenas suas especificidades na organização e evolução da produção, mas também suas diferenças na articulação e estrutura de sua comercialização interna e canalização para exportação.

A situação da Zona da Mata de Minas é, neste sentido, completamente diferente, podendo na verdade ser considerada uma *terceira variante na constituição de uma cadeia de exportação de café historicamente estruturada no país no mesmo período*. Destituída de um canal direto de comercialização externa e colocando os comissários do Rio como principais comerciantes

do café da região, com os benefícios que dispunham na distribuição dos recursos no conjunto da cadeia, teria sido este estado o principal beneficiário da produção cafeeira da região, sobrando muito pouco (como enfatiza a historiografia aqui em questão) para que houvesse efeitos de encadeamentos significativos na Zona da Mata. Aqui, como se pode notar, a ausência de uma estrutura de comercialização externa e dos agentes sociais com ela identificados teria inviabilizado qualquer atuação mais “benéfica” por parte deste segmento fundamental destas economias e da diversificação de investimentos que ele potencialmente implicava (bancos, indústrias, ferrovias, serviços urbanos, entre tantos outros). Em outras palavras, o que significava uma mera transferência de recursos *inter-setorial* nas economias do Rio e São Paulo, representava, para a cafeicultura mineira, uma *transferência inter-regional* destes mesmos recursos.

No entanto, existem várias qualificações que podem ser feitas a esta argumentação. Em primeiro lugar, há um nítido exagero do “predomínio do capital comercial” na cafeicultura tanto do Rio quanto de Minas Gerais. *A situação de endividamento constante dos fazendeiros com os comissários foi confundida com uma situação de insolvência* contínua por parte destes, o que, como mostram estudos mais recentes (SWEIGART, 1980), não correspondia à realidade. Muitos eram os que pagavam, a contento, o financiamento e suas dívidas com os comissários e a presença de saldos monetários a favor dos fazendeiros eram tão comuns que talvez correspondam muito mais à regra do que propriamente à exceção, *ao menos no que se trata do caso específico da Zona da Mata*, que observamos mais de perto.

Além disto, por não levarem em conta a complexidade e dinamismo destas economias de exportação, deve ser lembrado que a crise da

cafeicultura fluminense (na verdade bem mais tardia do que supõe determinados estudos), implicou também numa gradual, mas irreversível decadência dos comissários do Rio de Janeiro, cujo resultado foi praticamente o seu desaparecimento como agentes intermediários entre os fazendeiros e as casas exportadoras, predominando a partir daí o contato direto entre fazendeiros e as inúmeras casas filiais ou de representação que estabeleceram no interior, não apenas em Juiz de Fora, mas em outros importantes centros produtores da Mata (PIRES, 2009). Ao mesmo tempo, como a cafeicultura local mantinha condições bastante favoráveis para a expansão do cultivo, houve uma visível evolução do setor comercial nestes centros, particularmente Juiz de Fora (tabela 01 e 02).

Tabela 1 - Crescimento dos Estabelecimentos Comerciais de Juiz de Fora 1870/1925 (Períodos selecionados)

Ano	No de Estabelecimentos	Índice
1870	153	100
1905	692	452
1925	716	467

PIRES, 2009, tabela 26, p. 121

Tabela 2 - Número de estabelecimentos comerciais para alguns municípios da Zona da Mata e Belo Horizonte – 1925

Municípios	Número de Estabelecimentos
1. Além Paraíba	207
2. Belo Horizonte	794
3. Carangola	500
4. Cataguases	330
5. Juiz de Fora	716
6. Leopoldina	231
7. Manhuassú	417
8. Mar de Espanha	146
9. Muriaé	338
10. Pomba	131
11. Ubá	305

PIRES, 2009, tabela 27, p. 122

Desde, pelo menos, o segundo quinquênio da década de 1880 a cidade assistiu a um grande crescimento em seu setor comercial, mas como o café ainda era predominantemente canalizado para o Rio através de casas exportadoras e alguns poucos comissários sobreviventes, sua estrutura comercial é marcadamente fundamentada em função do mercado interno, e como centro comercial que era de toda a região, com o surgimento de grandes estabelecimentos de atacado, para além de um sem número de unidades do pequeno comércio a varejo. Firms atacadistas de ferragens, refinação de açúcar, maquinário e instrumentos diversos, moagem, tecidos e principalmente *alimentos e outros produtos de subsistência* marcavam nitidamente a estrutura comercial da cidade. Ao contrário dos grandes centros de produção e comercialização de café, Juiz de Fora jamais conheceu grandes firmas comissárias de café (exceto algumas poucas inauguradas na década de 1890) e *foi o comércio voltado para o consumo interno o perfil predominante da estrutura comercial local*, estando virtualmente ausentes casas de exportação direta de café originadas na cidade (PIRES, 2009, Tabela 29, pp. 144-145 e Tabela 37, pp. 174-183). Mais que isto, esta forma relativamente específica de estruturação do capital comercial tomou um papel fundamental na industrialização do município (a mais importante do estado de Minas até o final da década de 1920) surgindo daí inúmeros investimentos em diversos setores industriais (fossem os têxteis, alimentos industrializados como massas e bebidas, e mesmo o setor de mecânica e metalurgia).

A partir deste período, ainda em torno das décadas de 1880 e 1890, houve uma gradual substituição da provisão das fazendas locais pelo próprio capital comercial da cidade, afastando as firmas presentes no Rio de Janeiro como fornecedores predominantes, o que pode ser estendido,

inclusive, para *algumas firmas de importação de máquinas, insumos ou matérias-primas* que a cidade distribuía não só para a Zona da Mata como também para outras regiões do estado de Minas. De acordo com Giroletti (1980, 159)

A maior parte dos produtos importados ou exportados por Minas (Centro, Oeste, partes do Sul e da Zona da Mata) tinha que, obrigatoriamente, passar por Juiz de Fora, por uma razão muito simples: utilização de um sistema rápido e eficiente de transporte. Isto permitiu o desenvolvimento do comércio de exportação e importação, de atacado e varejo. Para o produtor e consumidor, tornava-se mais barato e mais cômodo vender sua produção em Juiz de Fora e ali mesmo se abastecer dos produtos de que precisassem sem necessariamente recorrer ao Rio de Janeiro.

A evolução e constituição do padrão de mercado predominante no país, ainda fundamentalmente regionalizados em toda República Velha, começa a ter, também na economia cafeeira da Zona da Mata, um importante exemplo a ser investigado, especialmente se levarmos em conta sua natureza essencialmente interiorana, distanciada tanto de um porto de escoamento para o mercado internacional, como das capitais que serviriam de estereótipos para o entendimento do surgimento do capitalismo no Brasil. Por outro lado, um importante canal de evasão de recursos para outros espaços econômicos foi gradualmente vedado, se colocando como um importante mecanismo de retenção e endogeneização do processo acumulação de capital no próprio espaço definido como Mata Mineira.

A Mercantilização do Capital: Gênese e Evolução do Mercado e do Sistema Financeiro Regionais

Mas, talvez, o principal componente representativo da internalização dos fluxos de recursos gerados na cafeicultura e sua reaplicação

em um processo de acumulação de capital na região seja a emergência de um sistema financeiro próprio no interior da economia agroexportadora da Mata. Aqui encontramos, desde meados do século XIX, espaços importantes de inversão do excedente gerado na cafeicultura, por exemplo, pela atuação de emprestadores individuais no mercado de hipotecas (erroneamente considerados como meros agiotas por parte de boa parte da historiografia financeira), empréstimos realizados muitas vezes para negociação de imóveis e fazendas, mas onde a presença de recursos monetários também não esteve ausente.

Além disto, na grande maioria dos casos a origem e o destino dos recursos se encontram no mesmo espaço econômico. Do ponto de vista dos tomadores de recursos não deixava de ser vantagem assumir empréstimos com os provedores locais, uma vez que, como estamos lidando com mercados ainda não completamente capitalistas, muitas vezes as formas de transmissão de informações (essencial nos mercados que lidam com o fluxo de recursos no tempo) eram essencialmente personalizados, predominando relações como amizade, parentesco, vizinhança e outras, mas que, em nossa opinião, não se reduzem necessariamente às redes de negócios (hoje

tão em voga) em especial quando as análises se limitam exclusivamente às relações de parentesco (PIRES, 2009; ALMICO, 2009). A personalização dos canais de transmissão de informações era uma forma importante de redução dos custos de transação e absolutamente mais eficiente em uma comunidade relativamente pequena em que a *reputação*, definida como a forma de avaliação e percepção pública do indivíduo, vai predominar muito mais do que propriamente as relações de parentesco entre pessoas que habitavam (ou não) o município (MULDREW, 1999). Dependendo desta avaliação, as taxas de juros (supostamente usurárias) caíam a níveis bastante acessíveis, em especial quando estamos lidando com grandes fazendeiros de café, comerciantes ou mesmo industriais, tornando o empréstimo resgatável e permitindo sua continuidade fosse qual fosse o destino dos recursos assumidos.

Do ponto de vista do credor, talvez fosse mais importante a segurança do pagamento do empréstimo, mesmo que devidamente caucionado, o que lhe era fornecido também pela reputação do devedor no interior da comunidade. Desta forma, o mercado hipotecário teve nos agentes individuais de crédito um dos seus componentes mais importantes, mesmo depois da abertura

de bancos e outras instituições provedoras de recursos de longo prazo (MARCONDES, 2002). Além disto, a reputação e a personalização dos canais de informação permitiam o contato pessoal e direto entre provedores e credores, o que, muitas vezes, representou uma importante forma de *viabilizar empréstimos*

Tabela 3 - Hipotecas em Juiz de Fora - Valor total agregado por década 1853-1939

Decênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Média das Taxas de Juros - mês	Média das Taxas de Juros - ano
1853-1859	1.203:730\$	129	11:666\$	1,17	14,04
1860-1869	4.469:447\$	356	12:153\$	1,09	13,08
1870-1879	3.257:350\$	200	13:967\$	0,95	11,40
1880-1889	5.283:170\$	340	16:229\$	0,89	10,68
1890-1899	10.583:499\$	660	14:826\$	0,89	10,68
1900-1909	9.357:173\$	537	15:872\$	0,92	11,04
1910-1919	15.201:492\$	791	18:985\$	0,89	10,68
1920-1929	17.107:048	420	40:360\$	0,94	11,28
1930-1939	9.822:499\$	229	38:286\$	0,86	10,32

FONTE: Registros de Hipotecas - 1853-1939 - AHPJF

diretos do setor agrário de exportação para indústrias específicas, invariavelmente com a função de investimentos por parte destas empresas e, muitas vezes, permitindo seu devido crescimento e reprodução enquanto tal (PIRES, 2009, tabela 84, pp. 372-380).

Se tomarmos alguns padrões comparativos existentes, podemos ter uma ideia mais precisa do volume de crédito envolvido com o mercado local. Renato Marcondes, estudando o mercado hipotecário de Lorena e Guaratinguetá encontra, para o conjunto do período de 1865-1887, um total de 914 registros (347 para Lorena e 567 para Guaratinguetá), envolvendo um total de 3.804 e 5.927 contos respectivamente; o valor médio transacionado foi, também respectivamente, de 10:962\$934 e 10:452\$912, MARCONDES, 2002,154) volumes *relativamente inferiores* aos que vinham sendo realizados no município de Juiz de Fora se considerarmos, por exemplo, os quinquênios de 1875-1879 e de 1880-1884 (nos quais, aliás, as transações envolvendo fazendeiros predominam). Se admitirmos, como faz corretamente o autor, uma *relação entre o volume do crédito e o patrimônio*, teríamos uma riqueza mais substancial no município da Mata na época, o que vem ao encontro das diferenças entre as condições históricas e evolução econômico-financeira entre as regiões do Vale do Paraíba e Zona da Mata mineira que delineamos acima. De resto, cabe salientar que os recursos envolvidos nas negociações de crédito de longo prazo, *principalmente naquele período em que os agentes do Rio já não se faziam presentes de forma significativa*, dão uma ideia da dimensão que pode ter assumido o mercado financeiro local, sempre ressaltando a predominância da confluência entre oferta e procura de recursos financeiros em um mesmo espaço econômico.

Mas são os bancos, de uma forma geral, que merecem destaque nesta análise, assim

como a sua participação no crescimento industrial do município. É a partir de 1887, quando foi fundado o Banco Mercantil e Territorial de Minas Gerais, em plena fase de interiorização do sistema bancário do país pelo estímulo formado pela conjuntura do Encilhamento, que a cidade começa a testemunhar a formação e algumas vezes a falência de instituições bancárias. O próprio Banco Territorial e Mercantil, através de sua agência do Rio de Janeiro acabara por se envolver de forma tal com a especulação bursátil dos anos de 1891 e 1892 que teve uma falência estrondosa ainda nos anos de 1892 e 1893 (CROCE, 2008). Seguiu a ele uma experiência bem mais segura e duradoura, quando em fins de 1888 foi inaugurado o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, de importância ímpar na cidade pelo grande predomínio que exerceu nas atividades desta natureza e particular penetração na economia de toda a região. Inaugurado como um banco de crédito real, suas primeiras funções estavam envolvidas com empréstimos hipotecários realizados com recursos fornecidos pelo governo federal, mas logo em 1891 lhe é fornecido o direito de realizar empréstimos comerciais de curto prazo, principalmente em conta corrente e desconto de letras e títulos de curto prazo (LOPES DE SÁ, 1992).

Para além dos benefícios fornecidos pela abertura de qualquer estabelecimento bancário (como a função de multiplicador dos meios de pagamento) a função de descontos de letras e empréstimos em conta corrente foi de particular importância para a industrialização do município que tinha exatamente na retenção de lucros a sua principal forma de acumulação e crescimento. No contexto de uma economia ainda marcada em grande parte por suas características pré-capitalistas, além das várias políticas monetárias restritivas no âmbito macroeconômico, a escassez de recursos monetários era uma preocupação

corrente e o Banco, ao realizar a atividade do desconto, provia exatamente a liquidez que os portadores destes títulos necessitavam para não apenas continuar seus negócios, como também para permitir que seus lucros retidos fossem reaplicados na ampliação da produção. O mesmo raciocínio obviamente pode servir para as atividades comerciais e outras.

A industrialização de Juiz de Fora, extremamente subestimada pela historiografia, possui suas especificidades, entre elas, se destacando um porte relativamente médio ou pequeno quando se compara com as grandes indústrias das capitais (talvez excetuando o setor têxtil). No entanto, com o passar dos anos o processo foi se tornando tão vigoroso que chegou a estimular o surgimento de outros setores que tinham na própria indústria seus principais consumidores. Além disto, esta diversificação industrial ocorreu exatamente no mesmo momento que a “indústria nacional” (leia-se Rio e São Paulo) o experimentava, ou seja, após a Primeira Guerra Mundial e principalmente os anos 1920. Neste momento encontramos no município a fundação de inúmeras indústrias no setor intermediário, em especial embalagens, papel e papelão, além de algumas indústrias mecânicas que, originadas anteriormente, começam a produzir máquinas industriais (PIRES, 2009).

Mas a genealogia do mercado de capitais na região permitiu uma complexidade muito maior na oportunidade de investimentos, em especial no mercado de títulos industriais, em particular ações e debêntures. Também aqui, a participação do capital agrário de origem agroexportadora tem um papel essencial. Desde o período do Encilhamento que encontramos ações e títulos de empresas do próprio município (anteriormente predominando em muitos casos aquelas presentes no Rio de Janeiro), além de um nítido predomínio de títulos da dívida pública (PIRES,

1993, tabela 44, p. 169). Nesse caso, o portfólio de alguns fazendeiros demonstra visivelmente a presença de ações e títulos lançados na praça local e que foram realizados na mesma praça, sendo difícil encontrar empresas com negociações regulares na Bolsa do Rio de Janeiro (exceto as ações do Banco de Crédito Real e da Companhia Mineira de eletricidade).

Quando verificamos os dados a partir do universo das empresas percebemos a importância do lançamento destes títulos, quase todos envolvidos com projetos de expansão das empresas ou como forma de alongamento de débitos (PIRES, 2009, Tabela 84 pp. 370-384). Em todos os casos verificados a realização destes ativos, ou seja, sua conversão em moeda sonante ocorreu na própria cidade, *indicando nitidamente a presença de um mercado primário e informal de capitais no município*, o que coloca em dúvida a importância das bolsas de valores, especialmente a do Rio de Janeiro, como os principais mercados de transação deste tipo de ativos financeiros.

Conclusão

Quando associamos fatores como a existência de dinamização econômica a partir das exportações de um produto de exportação, sua diversificação interna em diversos setores tão importantes como o comércio por atacado, companhias de serviços públicos, bancos e empresas industriais, compreendemos que a região da Zona da Mata internalizou boa parte de suas condições de acumulação de capital a partir da constituição gradual, mas contínua, de mercados para bens, serviços e ativos financeiros que se destinavam a investimentos diversos com a origem e o destino dos recursos convergindo predominantemente para o próprio espaço em que se desenvolveu a região da Mata mineira, percebemos que esta foi na verdade, pelas suas especificidades, uma das principais bases de produção de uma cadeia

de mercadoria fundamentada nas exportações de café que se desenvolveram no país. A internalização de seus fluxos de recursos representa, nada mais, nada menos, que uma forma específica da genealogia dos diversos tipos de mercados que vão se delimitar regionalmente, permitindo que o processo de acumulação de capitais se realizasse predominantemente nos espaços da própria região, sendo ela própria, ainda por suas especificidades e limites, particularmente importante porque demonstra nitidamente o potencial de internalização e a complexidade da constituição do capitalismo no Brasil, em particular quanto à sua feição e distribuição espacial, o que deve ser provavelmente confirmado se avançarmos nos estudos da história regional do país, com toda a riqueza e potencial de análise e pesquisa que estas regiões vão representar.

Referências Bibliográficas

ALMICO, R. C. Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX. Tese de Doutorado, UFF, Niterói: 2009.

ANDRADE, S.B. A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

BLASENHEIM, P. Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais. *Journal of Latin America Studies*. Cambridge University Press, 26, 347-374, 1994.

CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n° 2, p. 291-306, 1985.

CARRARA, A.A. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

CASTRO, A.B. A industrialização descentralizada no Brasil. In: 7 ensaios sobre a economia brasileira., São Paulo: Forense Universitária, 1980.

CROCE, M. O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888/1898). Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

CLARENCE-SMITH, W.G.; TOPICK, S. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. New York: Cambridge University Press, 2005.

DESTRO, J. A transição da agricultura para a pecuária em Juiz de Fora 1896-1930. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2006.

DULCI, O. S. Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FRAGOSO, J.L. Sistemas agrários em Paraíba do Sul 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

GIROLETTI, D. A industrialização de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Os primórdios do povoamento e da colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. Anais do I Seminário de História Econômica e social da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora: Centro de Ensino superior, 2005.

LOPES de SÁ, A. Origens de um banco centenário. Juiz de Fora: Edição comemorativa do Banco de Crédito Real, 1992.

- LIMA, J.H. *Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- MARCONDES, R. L. *O Financiamento Hipotecário no Vale do Paraíba Paulista (1865-1887)*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- MINAS GERAIS, Carteira Estatística. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- MINAS GERAIS, Secretaria da Agricultura do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- MARTINS, R. *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.
- MELO, H. P. *O Café e a Economia do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 1993.
- MENDONÇA, S. R. *O Convênio de Taubaté e a Economia Agrícola Fluminense*. II Encontro Brasileiro de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História das Empresas, UFF, Niterói, 1997.
- MIRANDA, S.R. (1990). *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1990.
- MULDREW, C. *The Economy of Obligation: the culture of Credit and Social Relations in Early Modern England*. New York: Palgrave, 1998.
- NETO, E. *O mito e (re)invenção da “Manchester Mineira”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFJF, Juiz de Fora, 2008.
- OLIVEIRA, M.T.R. *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906*. PhD. Thesis, University College, London, 1991.
- PAULA, J. A. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PEDROSA, M.X. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – a Zona da Mata*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 9, p. 189-230, 1962.
- PIRES, A. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870-1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1993.
- _____. *Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira 1850-1930*. Revista Eletrônica de História do Brasil, Juiz de Fora, v. 9, nº 1, p. 5-47, 2007.
- _____. *Café, Finanças e Bancos: Juiz de Fora, 1889/1930*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2009.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: origens de nossa época*. São Paulo: Campus, 1996.

PRATES, C. A Lavoura e a Indústria da Zona da Mata. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

SAES, F. A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeteira. São Paulo: Hucitec, 1986.

SWEIGART, J. Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio e Janeiro, 1850-1888. PhD. Thesis, University of Texas, 1980.

WIRTH, J. O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira 1889-1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.